

A ATUAÇÃO DA INTELIGÊNCIA POLICIAL MILITAR NA CONSTRUÇÃO DA CONFIANÇA PÚBLICA E DA IMAGEM DA PMPR

THE ROLE OF MILITARY POLICE INTELLIGENCE IN BUILDING PUBLIC TRUST AND THE IMAGE OF THE PMPR

LA ACTUACIÓN DE LA INTELIGENCIA POLICIAL MILITAR EN LA CONSTRUCCIÓN DE LA CONFIANZA PÚBLICA Y DE LA IMAGEN DE LA PMPR

Guilherme Bressan Carneiro¹
Gabriel Coutinho Inhan²

RESUMO: A construção da confiança pública e da imagem institucional representa um desafio estratégico fundamental para as organizações policiais no cenário contemporâneo. No contexto da Polícia Militar do Paraná (PMPR), a atividade de Inteligência Policial-Militar (IPM) desempenha papel central na consolidação da legitimidade institucional e na aproximação com a sociedade. Este artigo tem como objetivo analisar como a atuação da IPM contribui para o fortalecimento da confiança pública e da imagem da PMPR. Metodologicamente, o estudo adota abordagem qualitativa de caráter exploratório, fundamentada em revisão bibliográfica sistemática. A pesquisa investiga as principais estratégias da IPM, seus fundamentos éticos e o impacto de suas práticas na percepção institucional. A análise evidencia que o uso estratégico da informação, a gestão do conhecimento, o emprego de tecnologias avançadas e a atuação proativa contribuem para projetar uma imagem de modernidade, eficiência e compromisso social. Contudo, riscos como o uso indevido de dados, a ausência de planejamento estruturado ou a violação de direitos individuais pode comprometer significativamente essa imagem. Conclui-se que a IPM, quando orientada por princípios éticos sólidos e direcionada para a prevenção e o assessoramento qualificado, constitui ferramenta essencial para a modernização da segurança pública e para a construção de relações de confiança duradouras com a comunidade.

2661

Palavras-chave: Inteligência Policial-Militar. Confiança Pública. Imagem Institucional.

¹º Tenente da Polícia Militar. Mestrando em Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Pós-graduado em Direito Militar pelo Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC). Bacharel em Segurança Pública e Cidadania pelo Curso de Formação de Oficiais-PM da Academia Policial-Militar do Guatupê.

²º Tenente da Polícia Militar. Pós-graduado em Ciências Jurídicas pela Universidade Cruzeiro do Sul. Bacharel em Segurança Pública e Cidadania pelo Curso de Formação de Oficiais-PM da Academia Policial-Militar do Guatupê.

ABSTRACT: The construction of public trust and institutional image represents a fundamental strategic challenge for police organizations in the contemporary context. Within the Paraná Military Police (PMPR), Military Police Intelligence (MPI) plays a central role in strengthening institutional legitimacy and strengthening ties with society. This article aims to analyze how MPI activities contribute to building public trust and improving the institutional image of PMPR. Methodologically, the study adopts a qualitative and exploratory approach, grounded in systematic bibliographic review. The research examines key MPI strategies, ethical foundations, and the institutional impact of intelligence practices. The analysis demonstrates that strategic use of information, knowledge management, application of advanced technologies, and proactive stance contribute to projecting an image of modernity, efficiency, and social commitment. However, risks such as data misuse, lack of structured planning, or violation of individual rights may significantly compromise this image. The study concludes that when guided by solid ethical principles and focused on prevention and qualified decision-making support, MPI becomes an essential tool for public security modernization and for building lasting trust-based relationships with the community.

Keywords: Military Police Intelligence. Public Trust. Institutional Image.

RESUMEN: La construcción de la confianza pública y de la imagen institucional representa un desafío estratégico fundamental para las organizaciones policiales en el escenario contemporáneo. En el contexto de la Policía Militar de Paraná (PMPR), la actividad de Inteligencia Policial Militar (IPM) desempeña un papel central en la consolidación de la legitimidad institucional y en la aproximación a la sociedad. Este artículo tiene como objetivo analizar cómo la actuación de la IPM contribuye al fortalecimiento de la confianza pública y de la imagen de la PMPR. Metodológicamente, el estudio adopta un enfoque cualitativo de carácter exploratorio, fundamentado en una revisión bibliográfica sistemática. La investigación examina las principales estrategias de la IPM, sus fundamentos éticos y el impacto de sus prácticas en la percepción institucional. El análisis evidencia que el uso estratégico de la información, la gestión del conocimiento, la aplicación de tecnologías avanzadas y la actuación proactiva contribuyen a proyectar una imagen de modernidad, eficiencia y compromiso social. Sin embargo, riesgos como el uso indebido de datos, la ausencia de planificación estructurada o la violación de derechos individuales pueden comprometer significativamente dicha imagen. Se concluye que la IPM, cuando se orienta por sólidos principios éticos y se dirige hacia la prevención y el asesoramiento calificado, constituye una herramienta esencial para la modernización de la seguridad pública y para la construcción de relaciones de confianza duraderas con la comunidad.

2662

Palabras clave: Inteligencia Policial Militar. Confianza Pública. Imagen Institucional. Policía Militar. Gestión de la Información.

1 INTRODUÇÃO

A eficácia das instituições policiais na sociedade contemporânea transcende a mera capacidade operacional, estando intrinsecamente vinculada à imagem pública e à confiança que essas organizações inspiram na comunidade. Para instituições como a Polícia Militar do Paraná (PMPR), cuja atuação é fundamental para a segurança pública e interage continuamente com o

tecido social, a construção e manutenção de uma percepção positiva constituem elementos-chave para a sua legitimidade e efetividade (SANTOS; PESSÔA; RODRIGUES, 2018).

Uma imagem institucional consistente não apenas facilita a cooperação cidadã, mas também se configura como ativo estratégico valioso, capaz de angariar apoio social e fortalecer a organização diante de adversidades, garantindo a sua legitimidade e resiliência institucional (VIEIRA *et al.*, 2013). A confiança social, em particular, emerge como pilar indispensável para a efetividade policial, uma vez que dela decorrem tanto a maior disposição para a conformidade legal quanto a fluidez informacional entre a população e a polícia, fatores cruciais para o sucesso do trabalho policial (ROLIM; HERMANN, 2018; TYLER; FELD, 2001).

Essa relação entre imagem e eficácia policial apresenta características complexas e multidimensionais. A imagem institucional é moldada pelas interações cotidianas dos próprios policiais, que atuam como principais veiculadores da imagem corporativa (VIEIRA *et al.*, 2013). Simultaneamente, essa percepção é influenciada por fatores como a justiça no tratamento dispensado aos cidadãos, a eficácia percebida nas ações de segurança e o engajamento efetivo com a comunidade (STANKO; BRADFORD, 2009).

Nesse contexto multifacetado, emerge uma questão central que orienta esta investigação: de que forma a atividade de Inteligência Policial-Militar pode contribuir estrategicamente para o aprimoramento da imagem institucional da PMPR e o consequente fortalecimento dos laços de confiança com a comunidade? 2663

A Inteligência Policial-Militar (IPM) constitui processo contínuo e sistemático de identificação, avaliação e acompanhamento de ameaças, realizado por meio da produção qualificada de conhecimento orientado para a tomada de decisões estratégicas (PARANÁ, 2021; SANTOS; MENDONÇA, 2022). A IPM transcende o modelo tradicionalmente reativo das ações policiais, orientando-se para uma abordagem preditiva e proativa (SOARES, 2022).

Essa transição paradigmática não só otimiza o planejamento e a execução de políticas de segurança, mas também capacita a polícia a antever e mitigar riscos, aprimorar a alocação de recursos e refinar estratégias de atuação, conforme estabelecido na Política e Estratégia de Inteligência da PMPR (PARANÁ, 2021).

Quando opera com rigor técnico-científico e se ampara na gestão do conhecimento e no uso estratégico de ferramentas avançadas, a IPM contribui não apenas para a eficácia no combate ao crime (MOREIRA; BAX; HAMADA, 2022), mas também projeta uma imagem de modernidade, competência técnica e compromisso ético com a sociedade, reforçando a

legitimidade da PMPR como força de segurança confiável e eficiente (SANTOS; PESSÔA; RODRIGUES, 2018).

2 OBJETIVOS E METODOLOGIA

2.1 OBJETIVOS

2.1.1 Objetivo Geral

Analisar a importância estratégica da Inteligência Policial-Militar na edificação e manutenção da confiança pública e da imagem institucional da PMPR.

Objetivos Específicos

- a) Examinar a dinâmica da confiança pública e imagem institucional da polícia militar;
- b) Caracterizar a natureza e as estratégias da atividade de Inteligência Policial-Militar;
- c) Identificar os desafios inerentes ao uso ético e eficiente da inteligência policial;
- d) Avaliar o papel da inteligência policial na promoção da confiança pública.

2.2 METODOLOGIA

2664

Para alcançar os objetivos propostos, o presente estudo adota abordagem qualitativa de caráter exploratório (GIL, 2008; CRESWELL, 2010). A pesquisa fundamenta-se em revisão bibliográfica sistemática (LIMA; MIOTO, 2007), baseando-se na análise criteriosa de literatura acadêmica especializada, documentos oficiais da Polícia Militar do Paraná e estudos recentes sobre segurança pública e inteligência policial.

O corpus de análise compreende publicações acadêmicas indexadas em bases de dados reconhecidas, manuais doutrinários da PMPR, relatórios institucionais e estudos comparativos sobre práticas de inteligência policial no cenário nacional e internacional. A seleção das fontes seguiu critérios rigorosos de relevância temática, atualidade temporal (últimos 15 anos) e qualidade acadêmica, verificada através da análise da procedência das publicações e do reconhecimento científico dos autores.

Essa abordagem metodológica visa integrar diferentes perspectivas teóricas e empíricas para oferecer compreensão abrangente e fundamentada do tema, permitindo a triangulação de dados e o fortalecimento da validade interna da pesquisa.

2.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

O estudo estrutura-se em quatro seções principais, organizadas de forma sequencial e complementar:

Seção 3: Aborda a dinâmica da confiança pública e imagem institucional da polícia militar, explorando como a percepção social impacta a legitimidade e a eficácia da instituição policial.

Seção 4: Detalha a natureza e as estratégias da atividade de Inteligência Policial-Militar, incluindo aspectos técnicos, éticos e o uso estratégico de informações para antecipação de cenários e apoio à decisão.

Seção 5: Analisa os desafios inerentes ao uso ético e eficiente da inteligência policial, considerando aspectos legais, sociais e operacionais.

Seção 6: Explora o papel da inteligência policial na promoção da confiança pública, apresentando exemplos de boas práticas e reflexões sobre o impacto do uso estratégico da informação na percepção institucional.

3 CONFIANÇA PÚBLICA E IMAGEM INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR

A imagem institucional funciona como interface essencial entre a organização e o público, permitindo a abstração e simplificação de informações complexas para focar nos significados mais relevantes (VIEIRA *et al.*, 2013). Para a Polícia Militar, que interage continuamente com a sociedade e desempenha papel vital na segurança pública, a construção e manutenção de uma imagem positiva são elementos cruciais para sua legitimidade e efetividade operacional.

2665

Uma imagem institucional sólida não apenas facilita as decisões dos cidadãos em relação à cooperação com a polícia, mas também representa ativo estratégico capaz de atrair apoio social e fortalecer a organização. Constitui-se, assim, como vantagem competitiva duradoura e de difícil imitação, que neutraliza situações adversas e garante a perenidade institucional (VIEIRA *et al.*, 2013).

3.1 FUNDAMENTOS DA CONFIANÇA PÚBLICA NAS FORÇAS POLICIAIS

A confiança pública nas forças policiais constitui pilar fundamental para sua eficácia e legitimidade. Quando a população confia na polícia, observa-se maior disposição para cooperar, aderir às orientações legais e respeitar as normas sociais. Inversamente, a baixa confiança pode

resultar em subnotificação de crimes e redução significativa do fluxo de informações da comunidade para os policiais, impactando diretamente a capacidade operacional e a efetividade do trabalho policial (ROLIM; HERMANN, 2018).

A base da legitimidade do policiamento reside na percepção de que os policiais agem de maneira justa - conceito conhecido como justiça procedural - e na sua capacidade demonstrada de resolver problemas que afetam as comunidades. A percepção de que a polícia conduz suas atividades corretamente constitui fator que aumenta significativamente a colaboração dos cidadãos (ROLIM; HERMANN, 2018).

3.2 FORMAÇÃO DA IMAGEM CORPORATIVA POLICIAL

A formação da imagem corporativa representa processo complexo e multifacetado, moldado não apenas por campanhas de publicidade ou mensagens institucionais, mas, de forma mais contundente, pela comunicação interpessoal direta (VIEIRA *et al.*, 2013). Os próprios integrantes da organização - os policiais militares - são os principais veiculadores da imagem institucional. Cada interação, desde o atendimento de uma ligação até o contato direto em uma ocorrência, contribui para a construção da imagem corporativa.

Acerca deste viés, é oportuno advertir que:

2666

A imagem interna compartilhada pelos empregados desempenha papel fundamental, uma vez que são eles os principais divulgadores da imagem corporativa. Quando uma telefonista atende uma ligação, ela comunica imagem corporativa; quando um vendedor atende um cliente, ele também comunica imagem. Logo, a comunicação primária de imagem corporativa é realizada pelo empregado, constituindo a base sobre a qual a imagem será formada pelo público externo (Vieira *et al.* 2013, p. 94-95).

3.3 MECANISMOS DE OBEDIÊNCIA LEGAL E COOPERAÇÃO SOCIAL

A obediência à lei e, por extensão, a confiança na autoridade policial não residem exclusivamente na severidade das sanções, mas também na ativação de normas de cooperação social (TYLER; FELD, 2001). Embora sanções severas possam desestimular a não conformidade, a literatura especializada sugere que as pessoas tendem a obedecer leis com sanções mais brandas quando percebem um compromisso geral da sociedade com a conformidade.

Esse fenômeno ocorre porque o apoio público a uma lei, manifestado através de votação ou aceitação coletiva, pode sinalizar disposição coletiva para cooperar e, consequentemente, induzir expectativas de que outros cidadãos também obedecerão às normas. Essa cooperação condicional, onde os indivíduos cooperam quando esperam que outros façam o mesmo,

constitui mecanismo poderoso para a conformidade legal e, por conseguinte, para a consolidação da imagem institucional da polícia (TYLER; FELD, 2001).

3.4 EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS SOBRE PERCEPÇÃO PÚBLICA

A importância da percepção pública na avaliação do trabalho policial é evidenciada por estudos empíricos, como o desenvolvido pelo Metropolitan Police Service (MPS) em Londres. A pesquisa utilizou o Public Attitude Survey (PAS) para analisar os fatores que influenciam a confiança pública, partindo da questão central: "a polícia faz um bom trabalho em sua área local?" (STANKO; BRADFORD, 2009).

Através de análise multifacetada, incluindo análise fatorial confirmatória, o estudo identificou quatro elementos-chave que afetam significativamente a confiança geral:

a) percepção de eficácia da polícia, relacionada ao combate ao crime, presença visível e resposta a emergências; b) justiça no tratamento pessoal, caracterizada por respeito, imparcialidade e cordialidade; c) nível de engajamento com a comunidade, tendo capacidade de ouvir e responder às preocupações locais; d) preocupação com a desordem local, questões como lixo, vandalismo e perturbação da ordem.

Os resultados indicaram que o engajamento e o comprometimento da polícia com a comunidade apresentam a maior associação com a confiança geral, seguidos pela eficácia e pela justiça. As preocupações com a desordem apresentaram menor impacto, sugerindo que a confiança pode ser significativamente influenciada pelas ações diretas da polícia (STANKO; BRADFORD, 2009).

3.5 ESTUDOS DE CASO: EXPERIÊNCIA DA PMSC

Complementando as evidências empíricas internacionais, estudos específicos sobre imagem policial, como o realizado com a Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC), demonstram a relevância prática dessa dinâmica. A pesquisa identificou que a maioria dos respondentes associa a PMSC a uma imagem "neutra", geralmente vinculada à "segurança" ou a elementos visuais como "policial fardado" (SANTOS; PESSÔA; RODRIGUES, 2018).

Essa "neutralidade" sugere que, embora a função básica da instituição seja amplamente reconhecida pela população, existe espaço significativo para um trabalho mais aprofundado na construção de uma percepção ativamente positiva. O estudo também revelou que a avaliação do atendimento direto e a orientação política dos indivíduos constituem fatores que influenciam diretamente a imagem percebida.

Experiências positivas no contato com a polícia tendem a gerar avaliações mais favoráveis, enquanto contatos negativos podem fortalecer uma imagem desfavorável, evidenciando o caráter cumulativo e experiencial da formação da imagem institucional (SANTOS; PESSÔA; RODRIGUES, 2018).

3.6 ESTRATÉGIAS PARA GESTÃO DA IMAGEM INSTITUCIONAL

A gestão da imagem assume papel estratégico fundamental para as organizações policiais. Medir e analisar sistematicamente a imagem permite identificar pontos fortes e fracos, possibilitando a implementação de ações direcionadas para fortalecer áreas vulneráveis e capitalizar qualidades percebidas (VIEIRA *et al.*, 2013).

Para a PMPR, isso implica na adoção de estratégias específicas:

a) Qualificação do Contato Pessoal: Priorizar o treinamento contínuo e a capacitação dos policiais para que suas interações com o público sejam respeitosas, profissionais e eficientes. O comportamento do policial no cotidiano constitui o principal canal de comunicação da imagem institucional (SANTOS; PESSÔA; RODRIGUES, 2018; VIEIRA *et al.*, 2013).

b) Comunicação Estratégica: Embora o sigilo seja inerente a certas operações, a instituição deve priorizar a comunicação clara de suas atribuições, valores e resultados à sociedade, sempre de forma ética e transparente. O uso de elementos simbólicos reconhecíveis, como logomarcas e identidade visual, também é importante para fortalecer o reconhecimento institucional (SANTOS; PESSÔA; RODRIGUES, 2018).

c) Cultura Organizacional: A imagem externa reflete, majoritariamente, a cultura organizacional interna. Uma cultura baseada em pressupostos sólidos de respeito, integridade e profissionalismo traduz-se em imagem externa mais consistente e positiva (VIEIRA *et al.*, 2013).

Desta forma, a promoção de uma imagem institucional positiva para a Polícia Militar do Paraná não constitui questão de prestígio organizacional, mas necessidade estratégica para o cumprimento efetivo de sua missão constitucional. Uma imagem sólida fomenta a confiança, a colaboração comunitária e a legitimidade da atuação policial, elementos indispensáveis para a construção de um ambiente seguro e de paz social.

4 ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA POLICIAL MILITAR

A Atividade de Inteligência de Segurança Pública (ISP) é conceituada como exercício permanente e sistemático de ações especializadas, voltadas para identificar, avaliar e acompanhar ameaças reais ou potenciais no âmbito da segurança pública. Seu propósito fundamental consiste em produzir e salvaguardar conhecimentos para subsidiar o planejamento e a execução de políticas de segurança, além de orientar ações para prever, prevenir, neutralizar e reprimir atos criminosos (PARANÁ, 2021).

No contexto específico da PMPR, a Inteligência Policial-Militar tem como finalidade precípua assessorar o processo decisório relativo à segurança pública e à polícia ostensiva. A ISP é reconhecida como uma das principais ferramentas para enfrentar as crises contemporâneas na segurança pública, demandando profissionalismo, rigor técnico e seriedade em sua aplicação (SANTOS; MENDONÇA, 2022).

4.1 CONCEITUAÇÃO E DIMENSÕES DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA

A atividade de inteligência pode ser compreendida em uma acepção tríplice, abrangendo: o conhecimento produzido (produto), as organizações que atuam na atividade (organização) e a metodologia de produção de conhecimento (processo) (SANTOS; MENDONÇA, 2022). 2669

Conforme Santos e Mendonça (2022), a função essencial da inteligência reside na geração de conhecimentos qualificados a partir de insumos diversos, que podem incluir informações sigilosas, processados por analistas especializados e direcionados para as necessidades específicas do tomador de decisão. Essa função reveste-se de suma importância, pois, como destacam Moreira, Bax e Hamada (2022), a inteligência visa à produção e salvaguarda de conhecimentos para o assessoramento das organizações, sendo vital para a inovação e o desenvolvimento institucional.

4.2 ESTRATÉGIAS DE USO DA INFORMAÇÃO PARA ANTECIPAÇÃO, PREVENÇÃO E APOIO À DECISÃO

A Inteligência Policial-Militar, enquanto instrumento de assessoramento estratégico, transcende a lógica repressiva tradicional e orienta-se para a antecipação de eventos e a prevenção da criminalidade. Essa mudança paradigmática implica a transição de um modelo predominantemente reativo para um modelo preditivo, no qual o êxito da atuação policial é

mensurado não exclusivamente pela quantidade de crimes reprimidos, mas pela sua prevenção e pela ausência de incidentes (SOARES, 2022).

Tal orientação contribui diretamente para a consolidação da confiança pública, ao promover ações de segurança mais eficazes, cientificamente planejadas e alinhadas às necessidades específicas da comunidade.

4.2.1 Gestão do Conhecimento

A gestão do conhecimento destaca-se como uma das principais ferramentas utilizadas pela Inteligência Policial-Militar. Segundo Moreira, Bax e Hamada (2022), a sistematização, integração e disseminação do conhecimento no interior dos sistemas de inteligência são fundamentais para subsidiar decisões precisas e oportunas.

Esta prática encontra-se institucionalizada na PMPR através da Diretriz Regulamentadora do SIPOM, que estabelece os parâmetros estruturais e operacionais do sistema de inteligência, visando garantir a produção de conhecimento qualificado para o assessoramento institucional.

4.2.2 Análise de Dados e Prospecção de Cenários

A análise de dados e a prospecção de cenários constituem recursos centrais da inteligência estratégica. Com base na identificação de padrões criminais e tendências sociais, essa abordagem possibilita a antecipação de riscos e o delineamento de estratégias de médio e longo prazo (PARANÁ, 2021).

Para Schwartz (2022), trata-se de mecanismo de apoio às políticas públicas que amplia o repertório informacional dos tomadores de decisão e contribui para uma atuação mais precisa e eficaz diante das complexidades sociais contemporâneas.

4.2.3 Emprego de Tecnologias Emergentes

O uso de tecnologias emergentes representa pilar fundamental do fortalecimento da atividade de inteligência. A utilização de aeronaves remotamente pilotadas (RPAs), por exemplo, tem demonstrado eficácia significativa no combate a crimes violentos, ao ampliar a capacidade de monitoramento territorial e de resposta tática da PMPR (MARTY, 2022).

Da mesma forma, o emprego estratégico de redes sociais, como o Facebook, tem sido incorporado como recurso para a coleta de dados abertos (OSINT - *Open Source Intelligence*), possibilitando à inteligência antecipar ameaças e aperfeiçoar o direcionamento de suas ações operacionais (WAGNER; CAVALHEIRO, 2022).

4.2.4 Qualificação do Serviço e Fortalecimento Institucional

A qualificação do serviço prestado e o fortalecimento institucional figuram como benefícios diretos da aplicação eficiente da inteligência policial-militar. Ao fornecer subsídios concretos e fundamentados para o processo decisório, a atividade de inteligência contribui para a racionalização de recursos públicos e a ampliação da efetividade das ações de segurança pública (SANTOS; MENDONÇA, 2022).

Ademais, a atuação ética e legítima das agências locais de inteligência, especialmente no enfrentamento ao crime organizado, reforça a missão constitucional da PMPR de preservar a ordem pública e promove uma imagem institucional pautada pela competência técnica, responsabilidade social e compromisso com o bem coletivo (PEIJO; PRIMEIRO, 2022).

4.3 ASPECTOS ÉTICOS: PROTEÇÃO DE DADOS E RESPEITO À PRIVACIDADE

Estabelecendo uma ponte conceitual fundamental entre as estratégias operacionais da inteligência e os princípios que devem nortear sua atuação, torna-se essencial abordar os aspectos éticos que permeiam a atividade.

A atuação da Inteligência Policial-Militar deve estar rigorosamente alinhada com princípios éticos e legais, especialmente no que concerne à proteção de dados pessoais e ao respeito à privacidade individual. A Diretriz Regulamentadora do SIPOM determina que os produtos da inteligência são de acesso restrito e caráter sigiloso, precisamente para preservar a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, garantindo a conformidade com a legislação vigente.

2671

4.3.1 Princípios Fundamentais da Atuação Ética

Conforme a mencionada Diretriz, destacam-se como princípios fundamentais a discrição do pessoal especializado e a manutenção rigorosa do sigilo por parte dos profissionais envolvidos na atividade. A atuação ética da inteligência, que demonstra respeito integral pela privacidade e pelos direitos individuais, não somente evita violações legais, mas também constrói base sólida de confiança pública.

4.3.2 Distinção entre Inteligência e Investigação Criminal

A distinção conceitual e operacional entre inteligência e investigação criminal é crucial para a manutenção da legitimidade da atividade. A inteligência foca na produção de

conhecimento para assessoramento estratégico, enquanto a investigação busca especificamente a autoria e materialidade de fatos criminosos para fins processuais (SOARES, 2022; SILVA; ROLIM, 2017).

Para ilustrar essa diferença na prática: enquanto a atividade de inteligência pode mapear padrões de criminalidade em determinada região para orientar o planejamento de policiamento preventivo, a investigação criminal atua após a ocorrência de um crime específico, coletando provas e identificando suspeitos para subsidiar eventual processo judicial. A inteligência trabalha com cenários e tendências, a investigação, com fatos consumados e evidências materiais.

A não observância rigorosa desses limites conceituais pode levar ao desvirtuamento das finalidades precípuas da inteligência e comprometer significativamente a credibilidade da PMPR perante a sociedade.

Ao aderir sistematicamente a esses preceitos éticos e legais, a Inteligência Policial-Militar consolida-se como ferramenta que, simultaneamente, aprimora substancialmente a tomada de decisão, reforça a confiança pública e valoriza a imagem institucional da PMPR.

5 A INTELIGÊNCIA POLICIAL NA PROMOÇÃO DA CONFIANÇA PÚBLICA

2672

A atividade de inteligência policial emerge como vetor central para a modernização das instituições de segurança e para o estreitamento de laços de confiança com a comunidade. Seu impacto transcende a mera atuação operacional, influenciando diretamente a imagem institucional da Polícia Militar do Paraná (PMPR) ao capacitar os tomadores de decisão com informações qualificadas e estrategicamente relevantes.

5.1 IMPACTO DA INTELIGÊNCIA NA MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA E NA APROXIMAÇÃO COMUNITÁRIA

A modernização das forças policiais não se resume à aquisição de equipamentos tecnológicos, mas abrange a evolução substantiva de seus métodos de trabalho e a qualificação de seus processos internos. Nesse cenário, a inteligência policial impulsiona a transição de um modelo predominantemente reativo para um paradigma pre ditivo e proativo (SOARES, 2022).

Essa mudança fundamental centraliza-se na capacidade da ISP de subsidiar decisões que visam prioritariamente à prevenção criminal, não se limitando à repressão de eventos já ocorridos.

5.1.1 Fundamentos Doutrinários da Atuação Prospectiva

A doutrina da Atividade de Inteligência de Segurança Pública (ISP) preconiza que a produção de conhecimento deve destinar-se a antever riscos e cenários futuros (SILVA; ROLIM, 2017). Ao atuar de forma prospectiva, a inteligência qualifica substancialmente as ações da polícia, permitindo planejamento estratégico mais apurado e alocação de recursos mais eficiente (SANTOS; MENDONÇA, 2022).

Por exemplo, a inteligência pode identificar padrões e tendências criminais específicas, permitindo que a PMPR atue preventivamente em áreas de maior vulnerabilidade, como no enfrentamento às organizações criminosas de base prisional, desafio complexo, que demanda inteligência estruturada e planejamento sistemático (SILVEIRA; FERREIRA, 2025).

5.1.2 Aproximação Comunitária como Resultado da Modernização

A aproximação comunitária constitui resultado direto dessa modernização institucional. Quando a polícia atua de forma fundamentada cientificamente, com ações mais assertivas e menos invasivas, a percepção pública de justiça e eficácia tende a aumentar significativamente (SILVA; ROLIM, 2017).

A inteligência permite que o policiamento ostensivo e outras ações de proximidade 2673 sejam direcionadas com maior precisão, otimizando o emprego do efetivo disponível e minimizando a necessidade do uso da força em situações de conflito. A PMPR, ao empregar sistematicamente a inteligência para refinar suas estratégias operacionais, pode fomentar relacionamento de cooperação genuína com a sociedade, baseando-se na capacidade demonstrada de resolver problemas comunitários e na percepção de justiça procedural.

5.1.3 Desafios para a Modernização

Um ponto crítico para essa modernização é o desenvolvimento contínuo dos profissionais de inteligência e a formalização sistemática dos processos. A ausência de planos formais de inteligência e a prevalência de demandas verbais e reativas, como observado em estudo sobre a polícia militar do Rio Grande do Norte, podem limitar significativamente o potencial da inteligência, mantendo o foco em ações de curto prazo, impactando negativamente a capacidade preditiva e a imagem proativa da instituição (SILVEIRA; FERREIRA, 2025).

5.2 EXEMPLOS DE BOAS PRÁTICAS E INICIATIVAS NA LITERATURA

A literatura nacional especializada sobre inteligência policial tem demonstrado sistematicamente como a atividade pode ser empregada para modernizar a atuação das forças de segurança e promover a confiança pública através de práticas inovadoras e eficientes.

5.2.1 Gestão do Conhecimento como Elemento Central

A gestão do conhecimento constitui elemento central nas boas práticas identificadas na literatura. Moreira, Bax e Hamada (2022) ressaltam que, nos sistemas de inteligência, a gestão do conhecimento possibilita a integração e o desenvolvimento organizacional, ampliando significativamente as perspectivas de apoio à decisão estratégica.

Isso é evidenciado na PMPR pela Diretriz Regulamentadora do SIPOM, que formaliza a organização, os objetivos e as funções do sistema de inteligência, buscando uma produção de conhecimento rigorosa e útil para o assessoramento institucional. O aprimoramento contínuo dos sistemas de informação e a promoção de uma cultura de compartilhamento de conhecimento entre as agências de inteligência são cruciais para essa gestão eficiente (MOREIRA; BAX; HAMADA, 2022).

2674

5.2.2 Emprego de Tecnologias Avançadas

O emprego de tecnologias avançadas, como aeronaves remotamente pilotadas (RPAs) ou drones, pela inteligência policial militar, constitui exemplo notável de iniciativa que qualifica o atendimento operacional. Essa tecnologia reduz riscos para os policiais e aumenta significativamente a eficácia da resposta policial no combate a crimes violentos contra o patrimônio (MARTY, 2022).

Ao permitir o monitoramento de áreas de difícil acesso e a localização precisa de criminosos, os drones auxiliam na prevenção e na repressão de forma menos confrontacional, impactando positivamente a percepção da população sobre a modernidade e eficiência da instituição.

5.2.3 Inteligência de Fontes Abertas (OSINT)

A inteligência de fontes abertas (OSINT), particularmente o uso estratégico de redes sociais como o Facebook, representa ferramenta valiosa para o levantamento de informações na atividade de ISP (WAGNER; CAVALHEIRO, 2022). Essa prática, quando realizada de forma

ética e legal, permite à inteligência traçar perfis criminosos, auxiliar na localização de indivíduos e mapear a dinâmica de grupos criminosos.

A capacidade de coletar e analisar dados disponíveis publicamente reforça a percepção de proatividade da inteligência na antecipação de ameaças e na qualificação do serviço prestado à sociedade.

5.2.4 Enfrentamento ao Crime Organizado

No contexto das organizações criminosas, Fantin e Westphal (2022) destacam a evolução da atividade de inteligência clandestina por parte desses grupos, exigindo que a inteligência policial também se aprimore continuamente. A capacidade das organizações criminosas de utilizar "olheiros" e "batedores" e, mais recentemente, aplicativos de comunicação para monitorar as forças policiais, exige que a PMPR desenvolva uma "inteligência de comunidade" que integre informações de diversas fontes para superar a clandestinidade e a agilidade desses grupos (FANTIN; WESTPHAL, 2022).

A legitimidade da atuação das agências locais de inteligência, conforme a missão constitucional da PMPR de preservar a ordem pública, é fundamental para que essas ações sejam percebidas como justas e necessárias pela comunidade (PEIJO; PRIMEIRO, 2022). Ao combater o crime organizado, que por sua própria natureza compromete a ordem pública, a inteligência policial militar contribui diretamente para o restabelecimento da tranquilidade e segurança, reforçando a confiança na instituição.

2675

5.3 REFLEXÕES SOBRE COMO O USO ESTRATÉGICO DA INFORMAÇÃO PODE REFORÇAR OU FRAGILIZAR A IMAGEM INSTITUCIONAL

O uso estratégico da informação no âmbito da inteligência policial-militar possui natureza ambivalente, sendo capaz tanto de fortalecer quanto de comprometer a imagem institucional da Polícia Militar do Paraná (PMPR). O modo como os dados são coletados, analisados, disseminados e aplicados na formulação de políticas e ações operacionais exerce influência direta sobre a percepção pública da instituição.

A gestão responsável da informação pode consolidar a confiança da sociedade, ao passo que sua manipulação inadequada pode gerar desconfiança, insegurança e perda de legitimidade institucional.

5.3.1 Fatores que Contribuem para o Reforço da Imagem Institucional

Entre os fatores que contribuem positivamente para o reforço da imagem institucional, destaca-se a capacidade da inteligência de subsidiar decisões qualificadas e fundamentadas. Informações precisas e oportunas possibilitam que os tomadores de decisão adotem estratégias mais eficazes, refletindo em resultados concretos no combate à criminalidade, na prevenção de incidentes e na alocação otimizada de recursos públicos (SANTOS; MENDONÇA, 2022).

Esse desempenho eficiente, aliado à antecipação de ameaças complexas como o crime organizado, projeta uma imagem de competência técnica e proatividade por parte da PMPR (SCHWARTZ, 2022).

A atuação preventiva também se mostra essencial nesse processo. Ao substituir práticas exclusivamente reativas por intervenções planejadas e baseadas em evidências, a PMPR reforça uma postura moderna e cidadã, voltada à proteção do indivíduo antes da ocorrência de delitos (SILVA; ROLIM, 2017). Essa abordagem reduz a necessidade do uso da força, qualifica a ação policial e contribui para a construção de vínculo mais cooperativo com a população.

Embora a natureza da atividade de inteligência imponha certos limites quanto à divulgação de informações, práticas adequadas de prestação de contas podem contribuir significativamente para a transparência institucional. A comunicação ética e estratégica dos resultados gerais das operações baseadas em inteligência, sem comprometer o sigilo ou a segurança operacional, aproxima a sociedade da atuação da corporação e reforça a percepção de legitimidade.

2676

Nesse sentido, a legitimação das agências locais de inteligência e o cumprimento rigoroso das diretrizes legais são medidas que atestam o compromisso da PMPR com os direitos e garantias fundamentais (PEIJO; PRIMEIRO, 2022).

A otimização dos recursos disponíveis constitui outro fator relevante para o fortalecimento da imagem institucional. A qualificação das informações processadas pela inteligência permite que os meios materiais e humanos sejam empregados com maior eficiência, resultando em serviços públicos mais eficazes e impactando positivamente na percepção social da instituição (SANTOS; MENDONÇA, 2022).

5.3.2 Fatores que Podem Fragilizar a Imagem Institucional

Contudo, a fragilização da imagem institucional também pode ocorrer quando o uso da informação se desvia dos princípios legais e éticos que devem nortear a atuação da inteligência.

A violação de direitos individuais, por meio da coleta indevida de dados ou do uso abusivo de informações pessoais, compromete gravemente a credibilidade da corporação.

A ausência de controle institucional adequado e a deturpação das finalidades da atividade de inteligência podem minar a confiança da sociedade e suscitar questionamentos legítimos quanto à legalidade das ações policiais (SANTOS; MENDONÇA, 2022).

Ademais, quando a atuação da inteligência se limita a funções de repressão, sem priorizar adequadamente a prevenção, perpetua-se uma imagem de polícia reativa e distante das demandas sociais. Esse enfoque limitado não somente reduz a efetividade das ações, como também reforça percepções negativas de arbitrariedade e autoritarismo (SOARES, 2022).

A deficiência na gestão da inteligência, marcada pelo desconhecimento de suas potencialidades por parte dos gestores e pela ausência de planejamento formal, compromete a eficiência das operações e enfraquece significativamente a imagem institucional (SILVEIRA; FERREIRA, 2025).

Situações envolvendo vazamento de informações sensíveis ou exposição indevida de dados pessoais representam sérios riscos à integridade da imagem da PMPR. Embora o sigilo seja característica intrínseca à atividade de inteligência, a falha na proteção desses ativos pode gerar crises institucionais graves e afetar diretamente a relação de confiança com a sociedade.

2677

A Diretriz Regulamentadora do SIPOM, ao enfatizar a discrição do pessoal e a salvaguarda das informações estratégicas, alerta para a necessidade de rigor e profissionalismo no exercício das funções de inteligência.

5.3.3 Síntese Analítica

Compreende-se, portanto, que a inteligência policial-militar constitui ferramenta poderosa na construção da imagem institucional e no fortalecimento da confiança pública, desde que operada com responsabilidade, transparência e observância rigorosa aos marcos legais.

O seu êxito depende fundamentalmente do equilíbrio entre eficácia técnica e compromisso ético, fatores indispensáveis para a consolidação de uma segurança pública moderna, legítima e socialmente aceita.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise empreendida ao longo deste artigo demonstra a centralidade incontestável da atividade de inteligência policial-militar como vetor estratégico para a modernização e legitimidade das forças de segurança pública. Longe de constituir meramente uma ferramenta

técnica auxiliar, a atividade de inteligência emerge como pilar fundamental na construção e preservação da imagem institucional da PMPR e, por extensão, no fortalecimento sustentável da confiança pública.

6.1 PRINCIPAIS ACHADOS DA PESQUISA

A investigação revelou que a capacidade de uma polícia militar atuar de forma proativa, transparente e ética está intrinsecamente vinculada à maturidade e qualidade de sua atividade de inteligência. Uma inteligência policial-militar robusta, orientada por princípios éticos claros e em constante aprimoramento, não apenas optimiza significativamente o combate ao crime, mas também projeta uma imagem consistente de competência técnica, justiça procedural e compromisso genuíno com a sociedade.

Esses elementos constituem fatores essenciais para que a PMPR se posicione como instituição de excelência e confiabilidade no cenário da segurança pública paranaense.

6.2 IMPLICAÇÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS

Os resultados obtidos evidenciam que a inteligência policial-militar, quando adequadamente estruturada e eticamente orientada, funciona como catalisador de 2678 transformações institucionais profundas. A transição de um modelo reativo para um paradigma preditivo não apenas melhora os indicadores operacionais, mas fundamentalmente altera a percepção social sobre a legitimidade e eficiência da instituição policial.

Do ponto de vista prático, os achados sugerem a necessidade de investimentos contínuos na qualificação profissional dos agentes de inteligência, na modernização tecnológica dos sistemas de informação e, sobretudo, no fortalecimento dos mecanismos de controle ético e legal da atividade.

6.3 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

É importante reconhecer que este estudo, fundamentado exclusivamente em revisão bibliográfica, apresenta limitações inerentes à ausência de dados empíricos primários. Pesquisas futuras poderiam beneficiar-se significativamente da coleta de dados junto a gestores, operadores de inteligência e membros da comunidade, permitindo uma compreensão mais nuançada dos fenômenos investigados.

6.4 RECOMENDAÇÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

As discussões apresentadas abrem amplas possibilidades para investigações futuras, capazes de aprofundar a compreensão sobre a dinâmica complexa da inteligência policial e seu impacto multidimensional na sociedade.

Sugere-se a realização de estudos empíricos que avaliem sistematicamente a eficácia de diferentes abordagens éticas e regulatórias na prática da IPM, bem como análises comparativas com modelos internacionais reconhecidamente exitosos. Estudos longitudinais sobre o impacto de programas de treinamento ético na qualidade da atividade de inteligência também representariam contribuição valiosa para o campo.

Além disso, investigações sobre a integração responsável de tecnologias emergentes, como inteligência artificial e análise de *big data*, na atividade de inteligência policial constituem campo fértil para futuras pesquisas. Tais estudos poderiam examinar como maximizar os benefícios dessas tecnologias minimizando simultaneamente os riscos para a privacidade individual e a confiança pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, este estudo demonstra que a inteligência policial-militar, quando concebida e executada como instrumento de modernização institucional orientado por princípios éticos sólidos, constitui elemento fundamental para a construção de uma segurança pública eficiente, legítima e socialmente aceita. A PMPR, ao investir consistentemente no desenvolvimento de suas capacidades de inteligência, investe simultaneamente na consolidação de sua imagem institucional e no fortalecimento dos laços de confiança com a comunidade paranaense. 2679

O desafio que se apresenta é garantir que essa ferramenta poderosa seja sempre empregada de forma responsável, transparente e alinhada com os mais elevados padrões éticos e legais, assegurando que seu potencial transformador contribua efetivamente para o bem-estar social e o fortalecimento das instituições democráticas.

REFERÊNCIAS

- CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- FANTIN, A. L. J.; WESTPHAL, D. A. A evolução da atividade de inteligência do crime organizado na fronteira do Estado do Paraná. *Revista de Ciências Policiais*, v. 4, n. 4, p. 107-124, 2022. Disponível em: <https://www.apmg.pr.gov.br/Pagina/Revista-de-Ciencias-Policiais-V-4-2022>. Acesso em: 15 jul. 2025.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIMA, T. C. S. D.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálysis*, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000300004&lng=pt&tlang=pt. Acesso em: 4 ago. 2025.

MARTY, O. L. Uso de aeronaves remotamente pilotadas pela inteligência policial militar no combate aos crimes violentos contra o patrimônio. *Revista de Ciências Policiais*, v. 4, n. 4, p. 140-158, 2022. Disponível em: <https://www.apmg.pr.gov.br/Pagina/Revista-de-Ciencias-Policiais-V-4-2022>. Acesso em: 15 jul. 2025.

MOREIRA, R. P.; BAX, M. P.; HAMADA, H. H. Aplicação da gestão do conhecimento nos sistemas de inteligência de Estado e inteligência de segurança pública. *Revista de Ciências Policiais*, v. 4, n. 4, p. 27-59, 2022. Disponível em: <https://www.apmg.pr.gov.br/Pagina/Revista-de-Ciencias-Policiais-V-4-2022>. Acesso em: 15 jul. 2025.

PARANÁ. *Diretriz Regulamentadora do Sistema de Inteligência da Polícia Militar do Estado do Paraná – SIPOM – PM/2*. Curitiba: Polícia Militar do Estado do Paraná – Comando Geral, 2021.

PEIJO, R. C.; PRIMEIRO, W. S. A legitimidade acerca da atuação das agências locais de inteligência, cumprindo a missão constitucional da preservação da ordem pública. *Revista de Ciências Policiais*, v. 4, n. 4, p. 125-139, 2022. Disponível em: <https://www.apmg.pr.gov.br/Pagina/Revista-de-Ciencias-Policiais-V-4-2022>. Acesso em: 12 jul. 2025.

2680

ROLIM, M. F.; HERMANN, D. Confiança nas polícias: percepção dos residentes e desafios para a gestão. *Sociologias*, v. 20, n. 48, p. 188-211, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222018000200188&lng=pt&tlang=pt. Acesso em: 15 jul. 2025.

SANTOS, A. R.; PESSÔA, F. G.; RODRIGUES, A. P. G. A imagem corporativa e seus reflexos: um estudo de imagem da Polícia Militar de Santa Catarina na perspectiva de moradores da Grande Florianópolis. *Revista Ordem Pública e Defesa Social*, v. 11, n. 2, p. 63-76, 2018.

SANTOS, T. R.; MENDONÇA, F. M. A atividade de inteligência na qualificação da prestação do serviço de segurança pública: o olhar do gestor sobre o tema. *Revista de Ciências Policiais*, v. 4, n. 4, p. 60-74, 2022. Disponível em: <https://www.apmg.pr.gov.br/Pagina/Revista-de-Ciencias-Policiais-V-4-2022>. Acesso em: 14 jul. 2025.

SANTOS, T. R.; MENDONÇA, F. M. Conceitos introdutórios para entender a atividade de inteligência e sua utilidade na segurança pública. *Revista de Ciências Policiais*, v. 4, n. 4, p. 75-89, 2022. Disponível em: <https://www.apmg.pr.gov.br/Pagina/Revista-de-Ciencias-Policiais-V-4-2022>. Acesso em: 14 jul. 2025.

SCHWARTZ, E. A inteligência de segurança pública e a visão estratégica. *Revista de Ciências Policiais*, v. 4, n. 4, p. 173-185, 2022. Disponível em: <https://www.apmg.pr.gov.br/Pagina/Revista-de-Ciencias-Policiais-V-4-2022>. Acesso em: 14 jul. 2025.

SILVA, E. E. N.; ROLIM, V. H. A importância da atividade de inteligência de segurança pública na prevenção criminal. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 11, n. 1, p. 139-168, 2017.

SILVEIRA, G. A. L.; FERREIRA, M. A. Direção e planejamento de inteligência policial no enfrentamento às organizações criminosas: um estudo de caso sobre o Rio Grande do Norte. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 19, n. 1, p. 226-249, 2025.

SOARES, L. F. M. Fundamentos históricos de uma inteligência reativa: reflexões sobre as perspectivas de transição para um modelo de inteligência focado na prevenção da criminalidade. *Revista de Ciências Policiais*, v. 4, n. 4, p. 8-26, 2022. Disponível em: <https://www.apmg.pr.gov.br/Pagina/Revista-de-Ciencias-Policiais-V-4-2022>. Acesso em: 14 jul. 2025.

STANKO, E. A.; BRADFORD, B. Beyond measuring how good a job police are doing: the MPS model of confidence in policing. *Policing: a journal of policy and practice*, v. 3, n. 4, p. 322-328, 2009.

TYLER, T. R.; FELD, L. P. *Why do people obey the law?* New Haven: Yale University Press, 2001.

VIEIRA, P. R. C. et al. A medição de imagem institucional: construção de escala para a associação fluminense de reabilitação. *Revista de Administração Pública*, v. 47, n. 1, p. 90-118, 2013.

WAGNER, A. L.; CAVALHEIRO, R. A utilização do Facebook para o levantamento de informações na atividade de inteligência de segurança pública. *Revista de Ciências Policiais*, v. 4, n. 4, p. 159-171, 2022. Disponível em: <https://www.apmg.pr.gov.br/Pagina/Revista-de-Ciencias-Policiais-V-4-2022>. Acesso em: 14 jul. 2025. 2681